

PROJETO DE LEI Nº , DE 2004
(Do Sr. Takayama)

Dispõe sobre crimes militares
hediondos, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes militares cometidos em tempo de paz, todos tipificados no Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, consumados ou tentados:

- I – hostilidade contra país estrangeiro com resultado guerra (art. 136, §2º);
- II – tentativa contra a soberania do Brasil (art. 142);
- III - homicídio (art. 205), quando praticado em atividade típica de execução ou de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 205, §2º, I, II, III, IV e V);
- IV- genocídio (art. 208, *caput*, e seu parágrafo único);
- V - estupro (art. 232);
- VI - atentado violento ao pudor (art. 233);
- VII - latrocínio (art. 242, §3º);
- VIII - extorsão qualificada pela morte (art. 243, §2º);
- IX - extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 244, *caput*, e §§ 1º, 2º e 3º);
- X – tráfico ilícito de entorpecentes (art. 290, *caput* e §§1º e 2º);
- XI - epidemia com resultado morte (art. 292, §1º);
- XII – fornecimento de substância nociva (art. 295, *caput*).

Parágrafo único. São considerados hediondos os seguintes crimes militares cometidos em tempo de guerra, todos tipificados no Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, consumados ou tentados:

- I – traição (art. 355);
- II – tentativa contra a soberania do Brasil (art. 357);
- III - homicídio (art. 400);
- IV - genocídio (arts. 401 e 402);
- V – roubo ou extorsão (art. 405);
- VI – violência carnal (art. 408, *caput* e seu parágrafo único).

Art. 2º Os crimes militares hediondos, a prática da tortura, e o terrorismo são insuscetíveis de:

- I – anistia ou indulto;
- II – menagem e liberdade provisória.

§1º A pena de reclusão por crime previsto neste artigo não poderá ser convertida em prisão.

§2º Em caso de sentença condenatória, o réu não poderá apelar em liberdade.

Art. 3º A União manterá penitenciárias militares, destinados ao cumprimento de penas impostas a condenados de alta periculosidade, cuja permanência em

estabelecimento prisional estadual ponha em risco a ordem ou incolumidade pública.

Art. 4º Ao art. 89 do Código Penal Militar é acrescido a seguinte alínea:

“Art. 89. [...]

c) cumprido mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime militar hediondo, prática da tortura, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.” (AC)

Art. 5º O art. 100 do Código Penal Militar passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 100. Fica sujeito à declaração de indignidade para o oficialato o militar condenado, qualquer que seja a pena, nos crimes de traição, espionagem, cobardia, prática da tortura ou terrorismo, ou em qualquer dos definidos nos arts. 136, 142, 161, 205, 208, 232, 233, 235, 240, 242, 243, 244, 245, 251, 252, 290, 292, 295, 303, 304, 311, 312, 357, 400, 401, 402, 405 e 408.” (NR)

Art. 6º O art. 244 do Código Penal Militar passa a vigorar com a seguinte redação:

“Extorsão mediante seqüestro

Art. 244 - Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§1º - Se o seqüestro dura mais de 24 (vinte e quatro) horas, se o seqüestrado é menor de 18 (dezoito) ou maior de 60 (sessenta) anos, ou se o crime é cometido em associação:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos.

§2º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - reclusão, de 16 (dezesseis) a 24 (vinte e quatro) anos, além da pena correspondente à violência.

§3º - Se resulta a morte:

Pena - reclusão, de 24 (vinte e quatro) a 30 (trinta) anos, além da pena correspondente à violência.

§4º - Se o crime é cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços.” (NR)

Art. 7º O art. 290 do Código Penal Militar passa a vigorar com a seguinte redação:

“Tráfico ilícito de entorpecentes

Art. 290 - Importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, em lugar sujeito à administração militar, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 10 (dez) a 25 (vinte e cinco) anos.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem, ainda que o fato incriminado ocorra em lugar não sujeito à administração militar, indevidamente:

Matérias-primas ou plantas destinadas à preparação de entorpecentes ou de substâncias que determinem dependência física ou psíquica

I - importa ou exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda ou oferece, fornece ainda que gratuitamente, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda matéria-prima destinada a preparação de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica;

Cultivo de plantas destinadas à preparação de entorpecentes ou de substâncias que determinem dependência física ou psíquica

II - semeia, cultiva ou faz a colheita de plantas destinadas à preparação de entorpecente ou de substância que determine dependência física ou psíquica.

§2º Na mesma pena incorre, ainda que o fato incriminado ocorra em lugar não sujeito à administração militar:

I - o militar que fornece, de qualquer forma, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica a outro militar;

II - o militar que, em serviço ou em missão de natureza militar, no país ou no estrangeiro, pratica qualquer dos fatos especificados no artigo;

III - quem fornece, ministra ou entrega, de qualquer forma, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica a militar em serviço, ou em manobras ou exercício.

§3º - Fabricar, adquirir, vender, fornecer ainda que gratuitamente, possuir ou guardar maquinismo, aparelho, instrumento ou qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, em local sujeito à administração militar, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 15 (quinze) anos.

Associação

§4º - Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos no artigo 281 ou nos §§1º, 2º e 3º:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 15 (quinze) anos.

Prescrição indevida de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica

§5º - Prescrever ou ministrar culposamente, o médico ou dentista militar, ou profissional de enfermagem substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, em dose evidentemente maior que a necessária ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

Consumo, aquisição ou porte de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica

§6º - Consumir ou adquirir, guardar ou trazer consigo, para o uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, em local sujeito à administração militar sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

Forma qualificada

§7º - As penas serão aumentadas de um a dois terços:

I - no caso de tráfico com o exterior ou de extra-territorialidade da lei penal;

II - quando o agente tiver praticado o crime prevalecendo-se de função militar;

III - se qualquer deles decorrer de associação ou visar a menores de 18 (dezoito) anos ou a quem tenha, por qualquer causa, diminuída ou suprimida a capacidade de discernimento ou de autodeterminação.” (NR)

Art. 8º Os arts. 232; 233; 242, §3º; 292, *caput* e 408, *caput* e seu parágrafo único, todos do Código Penal Militar, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 232.** [...]

Pena - reclusão, de seis a dez anos.” (NR)

“**Art. 233.** [...]

Pena - reclusão, de seis a dez anos.” (NR)

“**Art. 242.** [...]

§3º Se, para praticar o roubo, ou assegurar a impunidade do crime, ou a detenção da coisa, o agente ocasiona dolosamente a morte de alguém, a pena será de reclusão, de vinte a trinta anos, sendo irrelevante se a lesão patrimonial deixa de consumir-se. Se há mais de 1 (uma) vítima dessa violência à pessoa, aplica-se o disposto no art. 79.”(NR)

“**Art. 292.** [...]

Pena - reclusão, de dez a quinze anos.” (NR)

“**Art. 408.** [...]

Pena - reclusão, de oito a doze anos.

Parágrafo único. [...]

a) lesão grave:

Pena - reclusão, de doze a vinte anos.

b) morte:

Pena – morte, grau máximo; reclusão, de 25 (vinte e cinco) anos, grau mínimo.” (NR)

Art. 9º As penas fixadas nos arts. 6º e 8º para os crimes capitulados nos arts. 232, 233, 242, § 3º, 243, § 2º, 244, *caput* e seus §§ 1º, 2º e 3º, e 408, todos do Código Penal Militar, são acrescidas de metade, respeitado o limite superior de trinta anos de reclusão, estando a vítima em qualquer das hipóteses referidas no art. 236 também do Código Penal Militar.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Havendo o Congresso Nacional aprovado a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), alterada posteriormente pela Lei nº 8.930, de 6 de setembro de 1994 – esta, aliás, a primeira lei de iniciativa popular aprovada pelo Parlamento Brasileiro – a repressão aos crimes comuns designados hediondos se tornou importante instrumento de combate à criminalidade, cada vez mais violenta e mais organizada.

Faltava, porém, a edição de diploma legal que dispusesse sobre os crimes militares hediondos. A ausência de tal lei no ordenamento jurídico criara uma situação absurda e desconcertante: um civil, acusado, por exemplo, de homicídio qualificado na forma do Código Penal (art. 121, §2º CP) é processado com mais rigor do que um militar, que cometesse a mesma conduta, só que definida no Código Penal Militar (art. 205, §2º CPM).

O civil acusado de cometer crime hediondo não tem direito à fiança ou liberdade provisória, anistia, graça ou indulto, e cumpre a pena em regime integralmente fechado; o militar acusado de assassinato, estupro ou latrocínio tem direito à menagem ou liberdade provisória, pode ser beneficiado por indulto ou anistia, e, caso condenado a uma pena de até dois anos, é automaticamente colocado em prisão, em lugar da reclusão.

Tal situação acaba por infligir descrédito à Justiça Militar, vista como mais branda do que a Justiça Comum!

É neste ponto que o presente projeto visa corrigir tão grave lacuna de nosso Direito; a Constituição Federal não faz restrição sobre quais crimes podem ser considerados hediondos; o art. 5º, inciso XLIII se limita a dizer que:

“Art. 5º [...]

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem”

Deixando assim a cargo da lei ordinária a tarefa de definir o conceito de crime hediondo, nenhum óbice se levanta à iniciativa de estender a hediondez a crimes militares, políticos ou contra a segurança

nacional, além daqueles já definidos no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

O projeto define como crimes militares hediondos as mesmas condutas delituosas alcançadas pela Lei de Crimes Hediondos, acrescidas de mais algumas outras, que constituem crimes militares de mão própria, mas igualmente perigosos e graves. São eles a hostilidade contra país estrangeiro com resultado guerra (art. 136, §2º CPM), a tentativa contra a soberania do Brasil (arts. 142 e 357 CPM) e a traição (art. 355 CPM). O projeto distingue entre crimes militares hediondos cometidos em tempo de paz e crimes militares hediondos cometidos em tempo de guerra, situando os primeiros no *caput* do art. 1º e os segundos no seu parágrafo único.

A hediondez do homicídio simples é estendida também ao crime cometido em atividade típica de *execução*, circunstância mais comum no âmbito militar do que entre civis.

O art. 2º do projeto estabelece as vedações processuais do acusado por crime militar hediondo ou a ele equiparado: é proibida a concessão de anistia ou indulto, liberdade provisória ou menagem, esta última o equivalente no direito castrense da *fiança*; é proibida a conversão em prisão da pena de reclusão até dois anos, o que corresponde, na Lei de Crimes Hediondos, à imposição do regime prisional integralmente fechado.

Uma novidade: é proibido ao réu apelar em liberdade, restrição que não existe na Lei de Crimes Hediondos. A possibilidade de apelar em liberdade contra sentença condenatória por crime dessa natureza, ainda quando consentida fundamentadamente pelo juiz, vem servindo para que muitos delinqüentes perigosos se furtem à ação da Justiça, e continuem a cometer outros crimes hediondos enquanto esperam o julgamento de seus apelos.

O art. 3º impõe a manutenção de penitenciárias militares para condenados perigosos, o que corresponde aos “estabelecimentos penais de segurança máxima” aos quais alude o art. 3º da Lei de Crimes Hediondos.

O art. 89 do Código Penal Militar é acrescido de alínea c, equivalente ao inciso V acrescentado ao art. 83 do Código Penal pela Lei de Crimes Hediondos.

Cuida-se de incluir no art.100 do Código Penal Militar os crimes militares hediondos no rol dos delitos punidos acessoriamente com a indignidade para o oficialato.

Os artigos 232, 233, 242, 244, 290, 292 e 408 do Código Penal Militar são alterados para receber adequação às inovações introduzidas

no Código Penal há mais de uma década. O Código Penal Militar ainda vinha, por exemplo, punindo anacronicamente o estupro com no máximo 8 anos de reclusão, e o atentado violento ao pudor, com até 7 anos de reclusão, enquanto o Código Penal já pune ambas as figuras delitivas com até 10 anos de reclusão. Sem estas adequações, é mais negócio para um delinqüente pular o muro de um quartel ou vila militar e ali estuprar a mulher do general, e ser punido com uma pena mínima de 3 anos de reclusão, e sem o caráter da hediondez, do que cometer o mesmo tipo de crime em área não sujeita à administração militar contra uma prostituta, e correr o risco de uma condenação a seis anos de reclusão, por crime considerado hediondo.

O art. 9º, enfim, prevê o aumento de pena de metade, no caso de crimes militares hediondos cometidos contra vítima que se encontre em qualquer das hipóteses referidas no art. 236 do Código Penal Militar, correspondente ao art. 224 do Código Penal.

Contamos com a aprovação de nossos ilustres pares à iniciativa expressa com este projeto.

Sala das Sessões, em de de 2004.

Deputado **TAKAYAMA**